

FICA POBRE O DEBATE DE OPÇÕES PARA ESTABILIZAÇÃO E CRESCE O INCENTIVO À AÇÃO IRRESPONSÁVEL NO CONGRESSO

DIONISIO DIAS CARNEIRO

ESTADO DE SÃO PAULO

A nos de regime militar deixaram uma consequência difícil de superar no debate acerca da política econômica brasileira: a idéia de que, para ser oposição, basta ser contra "tudo o que aí está". É claro que nem mesmo no auge do autoritarismo, quando críticas a aspectos menores da política econômica eram malvistas pelo regime, as oposições tinham um programa de governo diametralmente oposto a "tudo o que ali estava", com exceção, possivelmente, daquela minoria que gostaria de instalar um sistema econômico baseado no planejamento governamental. Fora os partidos de nítida orientação socialista, portanto, que se opunham de forma doutrinária à propriedade privada dos meios de produção e sabiam exatamente o que fazer

se tomassem o poder, o debate político acerca da política econômica foi mais prejudicado do que ajudado pela ampla federação política que caracterizou o processo de redemocratização dos anos 80.

A falta de nitidez do programa econômico de Tancredo, refletida no próprio ministério, desembocou nas dificuldades encontradas pelas equipes de Sarney para definir o conteúdo do programa econômico da chamada Nova República. A fantasia da estabilização sem custos ganhou, depois do efêmero êxito do congelamento de preços, fôros de estandarte mágico que foi capaz de galvanizar a opinião pública com os sucessivos Cruzados. A megainflação pós-Cruzado tornou a eliminação da espiral preços-salários-câmbio-ju-



ros condição necessária para reabrir alguns confrontos de idéias acerca dos rumos de médio e longo prazos da política econômica brasileira.

Concentrado o foco no dia a dia inflacionário, distanciou-se o debate político dos rumos de longo prazo. Os conflitos de interesses não eram resolvidos pelo sistema político, mas sim acomodados em formas diversas

de contratação de déficits fiscais crescentes que significavam, na prática, necessidade de mais e mais inflação.

Ao longo dos últimos quatro anos, as oposições estiveram à espera de que fracassasse a estratégia de estabilização como pré-requisito da retomada do crescimento e de reforma do Estado como fator de consolidação da estabilização. Concebido como um processo multietápico, o programa de estabilização e de reforma do Estado do qual o Plano Real foi parte, chega ao final deste governo com desafios cuja solução exige decisões políticas

de longo alcance. Com o rumo que estão tomando as candidaturas e o debate eleitoral, parece que perderá a sociedade brasileira uma valiosa oportunidade para discutir questões fundamentais que exigirão definições políticas nos próximos anos. Por incompetência ou inapetência, as oposições não se preparam para o poder, por não esperarem vitória no Executivo, e parecem preparar-se mais para aumentar a capacidade de bloqueio do que para apresentar uma pauta legislativa que possa servir de base para a negociação democrática de plataformas econômicas. Não se pode esperar que o oportunismo dos aliados do governo abra, nesse quadro, espaço efetivo para o debate de opções em torno da política econômica.

Como resultado, empobrece-se o debate sobre alternativas, aumenta o incentivo à ação irresponsável no Congresso e cresce o déficit público. A responsabilidade sobre esse quadro é tanto dos partidos da oposição quanto dos partidos da aliança governista. Questões tais como a natureza da reforma fiscal e suas consequências para a distribuição de poder entre a União e as

unidades da federação, o papel do setor privado e do público no sistema de ensino, as formas de financiamento à atividade econômica privada seja na agropecuária, na indústria ou nos serviços, a regulamentação dos serviços de utilidade pública, as regras aceitáveis para a definição de incentivos à localização de investimentos, o papel das diversas esferas de governo no sistema de saúde e sua forma de financiamento, a natureza do sistema de seguro social e de assistência social que se deseja ter, formas de financiamento e de controle, o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro nas suas diversas formas, a política voltada para o setor de seguros e assim por diante ficam sujeitas à barganha política menor. Valoriza-se o pequeno conchavo, o afago político que enseja a relação corrupta, a corrupção e faz o déficit aumentar. No lugar que poderia ser ocupado pelas plataformas programáticas, vicejam o oportunismo, a esperteza e o déficit público que resulta da incapacidade de os sistemas políticos resolverem os conflitos que caracterizam a distância que separa as aspirações e a capacidade produtiva na nossa economia.

A prevalecer esse quadro tem tudo para perder qualidade a política econômica do próximo termo presidencial, o que é lamentável, tendo em vista as esperanças que tantos de nós alimentamos de que o fim da inflação permitisse um aprofundamento do debate acerca dos rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil. A questão não é apenas de estética ou de esperanças frustradas, mas de sustentabilidade do crescimento sem inflação, mas isso é o que o próximo artigo.

■ Dionisio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio